



## COMUNICADO AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Assunto:** Planos Municipais de Emergência

**Data:** 9 de maio 2018

**Planos Municipais de Emergência  
devem ser atualizados ou revistos  
se for alterada a realidade do território**

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), perante as notícias hoje publicadas, **esclarece que os Planos Municipais de Emergência** - elaborados de acordo com o estabelecido na Lei de Bases da Proteção Civil com o objetivo de fazer face às situações de catástrofe ou de acidente grave - **estão sujeitos a revisão, mas a sua atualização ou revisão só se justifica se ocorrer uma modificação relevante da realidade do território e respetivos riscos, nomeadamente quando são identificadas novas vulnerabilidades.** Anualmente, os municípios atualizam ainda o Plano Operacional Municipal.

A ANMP sublinha que **o facto de um Plano Municipal de Emergência não ter sido alvo de revisão formal, ou de atualização, não significa, por si só, e necessariamente, que esteja desajustado face à realidade. Sempre que a situação do território se mantém inalterada, o Plano Municipal de Emergência permanece atualizado.** O formalismo não deve sobrepor-se à substância.

Mais: **Os municípios portugueses, na generalidade, têm os seus Planos Municipais de Emergência atualizados,** alguns estão em processo de revisão ou de atualização formal,

tendo em conta as novas exigências formais da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), pelo que, a este nível, estão garantidas as condições para tudo fazer para salvaguardar pessoas e bens. Os autarcas são cidadãos cumpridores da lei e zeladores do bem estar das suas populações.

A ANMP, enquanto Associação representativa dos municípios portugueses, repudia as declarações de autodenominados especialistas, hoje publicadas, em linguagem ofensiva para os autarcas e os cidadãos. A ANMP não tem dúvidas de que os autarcas respeitam a vida das suas comunidades e de que os cidadãos são educados e esclarecidos, pelo que considera estas declarações reveladoras da ausência de idoneidade dos seus autores.

**A ANMP alerta ainda que não se pode, nem deve, confundir os Planos Municipais de Emergência com os Planos Especiais das Indústrias de Especial Perigosidade**, dado que estes obedecem às Diretivas europeias SEVESO, que estabelecem que são as próprias indústrias que devem ter planos internos de segurança e emergência e que é a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que faz o controlo e a supervisão desses Planos Especiais.